

ECONOMIA

Celina Leão e o secretário Valdivino de Oliveira afirmaram que governo reverteu deficit de quase R\$ 6 bilhões herdados da gestão anterior. Sobre o BRB, a governadora defendeu a importância de nova audiência no STF para acelerar acordo

GDF prevê superavit após ajuste fiscal

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

» ANA CAROLINA ALVES

A governadora Celina Leão (PP) e o secretário de Economia, Valdivino de Oliveira, apresentaram, ontem, balanço fiscal do Distrito Federal referente ao primeiro semestre do ano. Segundo eles, o governo foi assumido em março com um deficit estimado em quase R\$ 6 bilhões, e projetam finalizar 2026 com um superavit de até R\$ 3 bilhões, podendo chegar a R\$ 5 bilhões, por meio de um conjunto de medidas de ajuste fiscal, controle de gastos e aumento da arrecadação.

Celina Leão reforçou que a responsabilidade fiscal é um dos pilares da gestão do Distrito Federal e afirmou que o equilíbrio das contas públicas é condição indispensável para o desenvolvimento econômico. “Qualquer governo sério precisa ter responsabilidade fiscal. Não existe governo que consiga ser próspero sem responsabilidade fiscal”, destacou.

Uma das medidas citadas para reverter o rombo deixado pelo governo Ibaneis Rocha foi a escolha do secretário de Economia Valdivino de Oliveira, que foi secretário de Estado 11 vezes. “(Ele) tem um profundo conhecimento do nosso Fundo Constitucional (FCDF), (convidei) para que ele pudesse abraçar essa missão, e foi abraçada em menos de quatro meses. Hoje nós chamamos essa coletiva para que Valdivino possa apresentar os resultados dessa reversão que nós conseguimos fazer”, ressaltou.

Celina Leão destacou a transparência, prioridade no gasto público, corte de gastos, diminuição do custeio da máquina pública e decisões consideradas acertadas, como a ocupação do antigo Centrad, que começa a ser utilizado a partir da próxima semana. “Ou seja, uma série de medidas que estão sendo tomadas. Sempre tive essa responsabilidade e quero, hoje, com muito orgulho, falar que em nenhum momento, diante de todas as dificuldades, a máquina pública parou”, disse.

Reequilíbrio das contas

Valdivino de Oliveira afirmou que “quando a atual gestão assumiu, havia um deficit significativo nas contas públicas, sendo R\$ 5,4 bilhões identificados” — dos quais R\$ 1,9 bilhão estavam contabilizados e entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões não constavam formalmente no orçamento. “As pessoas perguntam o que é não contabilizado. São despesas contratadas sem orçamento”, explicou.

O secretário citou o transporte público como um exemplo do desequilíbrio fiscal. “No transporte público, você tem um subsídio de R\$ 2,2 bilhões ao ano e um orçamento de R\$ 1,1 bilhão. Pegamos com um deficit de R\$ 1,1 bilhão só nesse item”, afirmou. Segundo ele, áreas como saúde, educação e limpeza urbana também apresentavam deficits programados.

Para enfrentar o cenário, o secretário informou que foi implementado um programa de reequilíbrio fiscal baseado em duas frentes principais: controle de gastos e fortalecimento da arrecadação. Com as medidas adotadas, a projeção da equipe econômica é encerrar o ano com superavit. “Hoje, nossa projeção é trocar um deficit de R\$ 6 bilhões por um superavit de R\$ 3 bilhões. Mas eu disse à equipe: não quero três, quero cinco bilhões”, destacou.

Entre as medidas adotadas, Valdivino destacou a edição dos decretos nº 48.509 e 48.549, além da portaria nº 363, que mudaram o modelo de gestão fiscal do DF. Segundo ele, antes havia ampla autonomia orçamentária entre os órgãos. “Nós tínhamos cerca de 60 a 70 unidades orçamentárias com liberdade total. Essa liberdade fiscal acabou”, afirmou.

A nova política estabelece prioridades definidas pela governadora e impõe limites para os gastos. Entre as regras, o GDF não pode destinar mais de 85% da receita para despesas correntes e deve investir pelo menos 10% em despesas de



Nós queremos ouvir a União (sobre a ajuda ao BRB), ouvir as dificuldades e entender o que pode ser superado para resolver definitivamente essa questão"

Celina Leão, governadora



Quando a atual gestão assumiu, havia um deficit significativo nas contas públicas, sendo R\$ 5,4 bilhões identificados"

Valdivino de Oliveira, secretário de Economia

capital. “Qualquer empenho precisa estar dentro das prioridades estabelecidas. Centralizamos as autorizações para garantir isso”, explicou.

Os dados mais recentes mostram uma diferença positiva entre receita e despesa corrente. “Estamos trabalhando com uma despesa bem menor do que a receita, o que demonstra o resultado prático das medidas adotadas”, destacou.

Nota positiva

Com os ajustes fiscais, Valdivino de Oliveira afirmou que o GDF alcançou a classificação da Capacidade de Pagamento (Capag) A em julho (até este mês, o GDF estava no Capag C, um dos piores cenários), e disse trabalhar para alcançar a nota máxima junto ao Tesouro Nacional até o fim de 2026, que é A+.

A Capag é um indicador que mede a saúde fiscal de estados e municípios com base em três critérios: endividamento, poupança corrente e liquidez. De acordo com o secretário, o DF apresenta situação confortável no quesito endividamento. “Hoje estamos com um índice de 22,36%, muito abaixo do limite mínimo para Capag A, que é de 60%. Mesmo que triplicássemos a dívida, ainda estaríamos dentro dessa faixa”, explicou.

No entanto, a poupança corrente, que avalia a capacidade do governo de gerar recursos para pagar dívidas, ainda impacta a nota final. Segundo Valdivino, em anos anteriores, o DF comprometia quase toda a receita com despesas correntes. “Em 2024, o GDF aplicava 98% da receita em despesas correntes. Em 2025, 97,36%. Em 2026, já conseguimos reduzir para 84,37%”, afirmou.

Como o cálculo considera a média dos últimos três anos, o índice atual ficou em 90,99%, o que rebaixaria a classificação nesse critério. “Se estivessemos abaixo de 90%, seria Capag A. Mas isso não afeta tanto o resultado final, porque é o único indicador em que não temos nota máxima”, destacou.

No quesito liquidez, o DF apresenta desempenho positivo. Segundo o secretário, o governo fechou julho com cerca de R\$ 5 bilhões em caixa, sendo aproximadamente R\$ 3,3 bilhões sem vinculação. “Nossas obrigações financeiras giram em torno de R\$ 1,3 bilhão. Isso nos deixa com uma folga de cerca de R\$ 2 bilhões, o que representa mais de 5% da receita corrente líquida, patamar que garante Capag A nesse critério”, explicou.

Com os resultados, a classificação parcial do DF em julho foi A, B e A nos três indicadores, respectivamente, o que resulta em Capag A na avaliação geral do Tesouro Nacional. Para o secretário, o objetivo agora é avançar ainda mais. “Queremos fechar 2026 com Capag A e, se possível, chegar ao A+, que é a maior classificação. Estamos muito próximos disso”, afirmou.

Valdivino ressaltou que a melhora depende da continuidade das medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo, como controle rigoroso de gastos e aumento da eficiência na arrecadação. “Com mais dois ou três meses, já devemos ter uma simulação que nos aproxime do Capag A+”, disse. A partir do Capag A, o GDF pode captar recursos junto ao Tesouro Nacional.

Saída para o BRB

Celina Leão evitou antecipar detalhes sobre a situação do Banco de Brasília (BRB), que será discutida na próxima quinta-feira, durante nova audiência de conciliação convocada pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF). O encontro foi solicitado pelo GDF para tratar da contratação do empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que é formado por grandes bancos. Segundo a governadora, o acordo firmado entre as partes continua em vigor, “mesmo com um pouco de inércia”.

Celina afirmou que o GDF reúne documentação que comprova, inclusive, a obtenção provisória da Capacidade de Pagamento (Capag) A em julho e defendeu que o Distrito Federal cumpriu integralmente as obrigações assumidas no acordo homologado pelo STF. “Toda a parte do acordo que cabia ao Governo do Distrito Federal foi 100% cumprida. A nossa parte foi cumprida, chegamos com responsabilidade fiscal, afastamos o 167-A (artigo constitucional que foi cumprido). Tudo o que foi colocado naquele acordo foi cumprido pelo Governo do Distrito Federal”, afirmou. Segundo ela, a melhora do cenário fiscal será um dos pontos apresentados na audiência. “Há um termo econômico para isso, que é a previsibilidade, mas vamos tratar todos esses fatos na quinta-feira”, acrescentou.

A governadora ressaltou que o pedido de uma nova audiência ao ministro Luiz Fux teve caráter estritamente técnico e disse que o governo pretende conversar com a União para compreender os entraves à conclusão da operação. “Nós queremos ouvir a União, ouvir as dificuldades e entender o que pode ser superado para resolver definitivamente essa questão”, afirmou.

Celina destacou que a nova audiência servirá para esclarecer as razões pelas quais o cronograma previsto no acordo não foi cumprido e reforçou que o fator tempo é uma preocupação do governo. “O acordo está em curso e queremos demonstrar quais são as dificuldades. Uma das questões colocadas na reunião foi justamente o prazo, e isso é algo importante para nós. Não pode ficar para quando as pessoas quiserem ou da forma como quiserem”, declarou.